

A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DO E NO CAMPO IMPULSIONADAS PELO MST NO ESTADO DO PARANÁ A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

Caroline Mari Oliveira¹
Maria Aparecida Cecílio²

RESUMO

No presente artigo tecemos reflexões sobre a atuação dos Movimentos Sociais do Campo, em especial, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, na luta social travada contra o Estado capitalista e, sobretudo contra o ideário neoliberal para conquista de políticas educacionais para a Educação do e no Campo, tomando como referência o Estado do Paraná, a partir da década de 1990. Este artigo constitui a temática da dissertação de Mestrado, em desenvolvimento, que tem como aporte teórico-metodológico adotado o materialismo histórico, por meio do qual analisamos o objeto de estudo em articulação com as bases materiais e históricas do período de referência (década de 1990). Optamos em analisar fontes bibliográficas e documentais que nos apontaram como resultado parcial a compreensão de que os sujeitos sociais do campo, como o MST, a partir da década de 1990 no Brasil articularam processos de luta contra o Estado capitalista para instituição e garantia dos direitos à educação dos camponeses, que estiveram marginalizados do processo educacional até o século XX. A justificativa da marginalização dos pobres, principalmente, dos camponeses no período pós-Revolução de 1930 se configurou por uma tese economicista de que estes não seriam os principais sujeitos a construir o desenvolvimento da nação. Entendemos, ainda, que diante dessa marginalização causada pelo desenvolvimento capitalista, a Educação do e no campo propõe a emancipação humana, colaborando com a inserção da pauta reivindicativa da luta social travada pela classe trabalhadora do campo que se apoia na

1 Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá – PPE-UEM. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: oliveiracaroline29@gmail.com.

2 Doutora em Educação pela UNESP- Marília, professora associada na Universidade Estadual de Maringá, no Departamento de Teoria e Prática da Educação. Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Gestão Educacional – GEPPGE/CNPq. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas e Gestão da Educação na América Latina e Caribe – PGEALC. E-mail: maacecilio@hotmail.com.

concepção de que a educação compreenda a materialidade histórica para além dos aportes do capital.

Palavras-chave: Educação do e no Campo. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Políticas Educacionais.

INTRODUÇÃO

Este texto pretendeu tecer reflexões sobre a atuação dos Movimentos Sociais do Campo, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, na luta social travada contra o Estado e, sobretudo contra o ideário neoliberal para conquista de políticas públicas para a Educação do e no Campo, tomando como referência o Estado do Paraná, a partir da década de 1990. A história da Educação do e no Campo se relaciona com a do MST que se constituiu como movimento social em prol da luta pela Reforma Agrária a partir da década de 1980, no sul do Brasil³.

Diante das reflexões atingidas durante o período de estudos no Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas e Gestão Educacional (GEPPGE/CNPq), observamos a necessidade de analisar o sujeito coletivo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST que impulsiona e protagoniza uma proposta contra-hegemônica de educação, norteadas pelas necessidades dos trabalhadores rurais e pela superação da sociedade de classes sociais, por meio da luta por políticas sociais e públicas para a educação atrelada aos princípios da Reforma Agrária, priorizando as dimensões da formação humana para emancipação no território camponês.

A luta social protagonizada pelos Movimentos Sociais do Campo, em especial o MST, por implementação de Políticas Públicas para a Educação do e no Campo delimitou-se como o objeto de análise desta pesquisa, considerando que este objeto está em constante "movimento", ora na luta por meio de ocupações, ora retraindo-se para formação de consciência política e humana. Ressaltamos que o MST se movimenta por uma causa maior, causa do povo ou popular, por meio de lutas sociais dos camponeses organizados coletivamente a fim de combater a ditadura do capital, possibilitando a materialização da formação do sujeito coletivo, da política agrária, da democracia, justiça social e valores humanistas e socialistas visando à transformação da sociedade capitalista. Os direitos e a 3 Mais informações sobre a história do MST, ver: Fernandes (1999).

justiça social tornaram-se foco do presente estudo nos Movimentos Sociais voltados às questões do campo, devido à importância na luta por educação, história de vida e cultura camponesa.

O recorte temporal compreendido a partir de 1990 tornou-se necessário para compreensão do objeto estudado devido ao período de construção de um projeto contra-hegemônico de educação no estado do Paraná protagonizado, principalmente, pelo MST. Esses estavam em busca de lutar por uma educação do e no campo articulados à ampliação dos espaços democráticos evidenciados na década de 1990. Possibilitando, assim, a construção de espaços de diálogos para formulação de documentos, diretrizes e leis nacionais para a Educação do e no Campo em âmbito nacional.

Para analisar as ações dos Movimentos Sociais do Campo na luta por políticas públicas para Educação do e no Campo, permanentemente, contraditória e conflituosa na transposição dos desafios de instituir e assegurar projetos educacionais para os educandos camponeses é necessário recorrer ao método de análise proposto pelo materialismo histórico que se faz imprescindível para a compreensão das relações e contradições sociais transpostas na sociedade capitalista, nos fazendo interpretar as propostas hegemônicas e nos permitindo fazer leituras contra-hegemônicas, buscando uma educação e uma sociedade para além do capital (MÉSZÁROS, 2007).

Nessa perspectiva, a temática requer um resgate histórico, político, econômico e social da década de 1990 até a atualidade, partindo do pressuposto de que as políticas educacionais incorporaram-se às ações governamentais, que atendem as exigências do modo de produção e organização do capital, fundamentado desde o final do século XX, nos ideais neoliberais.

Neste texto, tivemos a pretensão de apresentar as principais considerações sobre as questões pertinentes à pesquisa que foi realizada durante o ano de 2010, referente ao Trabalho de Conclusão de Curso, como condição para obtenção do título de Pedagoga pela Universidade Estadual de Maringá. No entanto, dado o envolvimento com a problemática, a pesquisa segue como parte da temática da dissertação de Mestrado, em desenvolvimento, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DO E NO CAMPO: EM FOCO O MST NO ESTADO DO PARANÁ A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

A contradição entre os Movimentos Sociais do Campo e o Estado remonta ao século XVI, ou seja, desde o processo de colonização exploratória do Brasil por portugueses. A título de esclarecimento podemos lembrar a primeira forma de organização de um Movimento Social registrado nos nossos livros de história, intitulada Confederação dos Tamoios⁴ e o caso do Quilombo das Palmares. Brandão (2003, p. 25) afirma que o resultado das ações a partir do século XVI caracteriza-se:

[...] pelo massacre de milhões de nativos, de negros e de pequenos trabalhadores rurais e seus respectivos familiares, desencadeando manifestações de descontentamento e mobilização de trabalhadores rurais em várias partes do Brasil.

Desde então registrou-se os Movimentos Sociais do Campo por emancipação política, financeira e social. A partir da década de 1980, a constituição dos Movimentos Sociais convergiu-se na luta de classes sociais por garantia de direitos universais na forma de políticas públicas para o campo brasileiro.

Nesse contexto, o Movimento que destacamos como o principal articulador da luta para implementação de Políticas Públicas para a saúde, moradia, educação, cultura, distribuição da riqueza produzida e justiça social é o MST, que foi organizado nacionalmente vinculado politicamente com a Via Campesina⁵. A Via Campesina é um movimento internacional que dispõe de uma política ao atendimento de organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa. Uma das prioridades da Via Campesina é a produção agroecológica em que são produzidos

4 Coelho; Seidel (2009), afirmam que Tamoio vem do vocábulo de origem tupi Tamuya, que quer dizer "o velho, o mais antigo". A Confederação dos Tamoios foi a revolta dos povos Tupinambá que viviam ao longo da costa paulista e carioca que lutaram contra a dominação dos portugueses.

5 Mais informações sobre Via Campesina ver <<http://viacampesina.org/en/>>. Acesso em 17 set. 2010.

alimentos saudáveis visando à biodiversidade e o preparo e o cultivo da terra, valorizando os recursos naturais que nela existem.

O MST está fundamentado pela ideia de emancipação humana e por políticas públicas em torno de um Projeto Popular que visa o desenvolvimento da vida no campo, isto é, anticapitalista (ou anti-agronegócio). Em contrapartida, o Estado está norteado pela concepção capitalista, pautada na mundialização do mercado econômico.

O Estado que por meio da posição que ocupa dentro do ideário neoliberal responde violentamente às tentativas de superação social do MST, pois precisa manter a ordem por meio de suas principais funções, a coesão social, fundamentando e estruturando as reformas no Estado como o regulador social global do sistema capitalista (POULANTZAS, 1977). O MST responde as repressões com diversas estratégias, entre elas a característica principal do movimento, a ocupação de terras, na qual movimenta diversos setores, como os latifúndios, os militares, a mídia, o agronegócio, o Estado, a União Democrática Ruralista (UDR), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e os próprios camponeses, em conflito para efetivação de seu projeto nacional ampliado pelas lutas sociais (OLIVEIRA, 1999).

A partir das ações de ocupação de terra prioriza-se a necessidade de garantir o acesso e a permanência na terra contemplando a diversidade dos processos produtivos e culturais que são formadores dos sujeitos humanos e sociais do campo (CONFERÊNCIA NACIONAL, 2004). Entre diversas ações que corroboram com a permanência e luta por terra, a educação e, em consequência, a escola se fazem necessárias para contribuir com o projeto que se baseia em inserir o campo e a educação vinculada às bases sócio-políticas e econômicas do Brasil visando à superação do campo como lugar de atraso e o descompasso histórico em relação aos camponeses.

Pensando na inserção de educação feita pelos trabalhadores rurais atendendo as necessidades da identidade camponesa e amparados legalmente pelo Artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/1996, é que a Educação do e no Campo passa a fazer parte do “diálogo” entre Movimentos Sociais do Campo, em especial o MST com o Estado. A pauta reivindicativa que parte do diálogo entre MST com o Estado do Paraná norteia-se pela luta por políticas educacionais permanentes (de Estado e não de governo) para os sujeitos sociais que vivem no campo.

A Educação do e no Campo não foi criada a partir do reconhecimento de uma educação voltada para a vida rural, como manutenção dos processos e desenvolvimento do agronegócio ou como política estratégica de fixação dos camponeses no campo, contendo o êxodo rural. Esta teve seus períodos de organização norteados por um Projeto Popular em prol da Educação Popular, lutas sociais da classe trabalhadora do campo e políticas públicas que atendam à diversidade cultural. Guhur (2010) afirmou que em meados da década de 1990, a partir do 3º período de organização da Educação do e no Campo (1996 – 2000) – *A questão escolar no MST*, os Movimentos Sociais do Campo foram fortalecidos e organizados a fim de possibilitar a inserção da pauta da “educação” na agenda de debate por implementações de políticas públicas de Estado. Por essa razão começaram a lutar por meio da Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, a partir da qual foram elaborados e publicados diversos cadernos temáticos e documentos orientadores sobre Educação do e no Campo, em âmbito nacional.

A luta por direito à Educação do e no Campo, como política pública, materializou-se no I ENERA - Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária, promovido pelo MST, em julho de 1997 na cidade de Brasília, DF. A partir das discussões do I ENERA foi criado oficialmente em abril de 1998 o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Sendo responsável em executar as práticas e as reflexões teóricas da Educação do Campo. As entidades envolvidas com o evento, tais como: Universidade de Brasília (UnB); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), desafiaram a ampliação do debate sobre educação a partir do contexto camponês, ressaltando sua cultura, visão de mundo, espaço, modo de viver e organização do trabalho e família (MOLINA, NERY, KOLLING, 1999).

Em agosto de 1997, os representantes das entidades envolvidas se reuniram para articular a proposta desafiadora; um projeto intitulado de “Conferência por uma Educação Básica do Campo”. Para fins de preparação e realização deste projeto, foi estabelecida uma coordenação sediada em Brasília, DF, composta por Ana Catarina Braga (UNICEF), Elfi Fenske (MST) e irmão Israel José Néry (CNBB). Durante o segundo semestre de 1997, a coordenação reunia-

se sistematicamente para delinear o evento nacional previsto para acontecer nos quatro últimos dias de julho de 1998. As atividades estavam ao encontro de um texto-base⁶, cujo objetivo era subsidiar o conceito específico sobre educação básica do campo, fomentando extremo valor a cultura, as características, as necessidades e os sonhos dos que vivem no e do campo. Segundo Molina, Nery e Kolling (1999, p. 15), a educação básica do campo deveria vincular-se com um projeto popular ao nível da União e com um projeto popular de desenvolvimento do campo, contraposto aos ideais neoliberais que expropriam as zonas rurais para formação do campo como território do agronegócio.

Parte da execução do projeto partiria do treinamento de lideranças que, em seus respectivos estados preparavam contribuições em torno do referido texto-base. A proposta responsabilizou cada estado brasileiro a elaborar um relatório reflexivo sobre educação básica a partir do contexto camponês⁷. Com o objetivo de propiciar políticas públicas para o desenvolvimento do campo e, consequente, para a educação básica, mobilizando a sociedade e o governo a fazer uma análise da conjuntura nacional e intercambiar experiências, cujo 974 participantes começariam a discutir a partir do dia 27 de julho de 1998 no Centro de Treinamento Educativo - CTE em Luziânia/GO.

A partir desta data, a conferência foi intercalada por reflexões, debates, místicas, mesas temáticas em torno de um processo de mobilização do povo em favor de uma educação pautada em conteúdos, metodologias, avaliação específicos do campo. Molina, Nery e Kolling (1999, p. 18) relatam que no final do evento foram aprovados dois textos conclusivos "o primeiro sintético, intitula-se "Educação básica do campo: compromissos e desafios"". O segundo, mais extenso, tem como título "Educação Básica do campo: desafios e propostas de ação".

Após o encerramento do evento, foi marcado um compromisso das entidades participantes continuarem com as propostas discutidas por meio de reuniões, coleção de cadernos, acreditar na capacidade desses sujeitos sociais de construir o novo vinculado as práticas de

6 Ver texto base em: FERNANDES, B. M. Educação no meio rural: por uma escola do campo. São Paulo: UNESP, 1997.

7 Cada Estado tinha como tarefa: o envio de relatório do encontro à Secretaria Executiva para, posteriormente, serem apresentados na Conferência. Embora quatro Estados não tiveram condições de realizar o encontro (Amazonas, Roraima, Amapá e Acre), alguns representantes estiveram presentes nas reflexões do evento nacional.

educação básica do campo com o processo de construção de um projeto popular de desenvolvimento nacional, realização de alguns seminários e até o estudo de uma futura conferência que vise contemplar aspectos pendentes da primeira, bem como ampliar as propostas discutidas⁸.

O ano de 1997 foi marcado por intencionalidades dos sujeitos do campo, mobilizados a dinamizar a história, uma vez que o período histórico e político-educacional propiciava o ressurgimento da reorganização da questão da educação dos camponeses e organização como sujeitos coletivos de direitos, uma vez que com o fim da ditadura civil-militar houve a implantação das Bases Legais vigentes para a educação, como nos Artigos 208 e 210 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e dos Artigos 23, 26 e 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9394/1996, textos que estimularam os camponeses a lutar por direitos e conhecê-los à medida que dinamizavam a história. De acordo com Santos (2009, p. 40) havia a necessidade de inserção de atuação nas políticas públicas, visando à compreensão do funcionamento do Estado para atuarem em relação a ele “ora contrapondo-se, ora lutando contra ele, ora propondo e articulando com ele”.

O evento destacado impulsionou eventos posteriores em nível estadual e nacional, conferências das quais advém de uma delas a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, dando visibilidade ao evento e a pauta reivindicativa estabelecida entre o Ministério da Educação e Cultura - MEC junto aos Movimentos Sociais do Campo, como o MST e universidades, com o compromisso de desenvolver encontros descentralizados nos estados em preparação para a II Conferência, além de definir as políticas estaduais e elaboração das diretrizes estaduais para a Educação do e no Campo.

Nesse âmbito o que não pode ser perdido de vista é que a LDB – Lei nº 9.394/96 garantia a descentralização do Estado nacional e, portanto responsabilizou os estados, unidades de federação, em assumir a Educação do e no Campo e a elaboração e definição de suas diretrizes. Contudo, cabia a cada Estado articular ou não a Educação do e no Campo como política pública ou política social para os camponeses.

8 Os resultados desses textos podem ser encontrados no Caderno nº 01 “Por uma Educação do Campo – Memórias”, 1999.

Cecílio, Hirose e Silva (2010, p. 187) apontaram que o Estado do Paraná e os Movimentos Sociais do Campo, em especial o MST, assumiram a proposta nacional e realizaram o I Encontro de Educação do Campo “com a participação da Associação Projeto de Educação do Assalariado Rural Temporário (APEART), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESSOAR) e do MST” com o objetivo de fomentar debates em torno da implementação de políticas estaduais e nacionais de Educação do e no Campo articulados a questão agrária e ao projeto popular de campo.

Durante a realização do I Encontro de Educação do Campo foram detectados alguns problemas que atravessaram o debate, tais como a nucleação de escolas públicas nas periferias das cidades e o fechamento de escolas do campo, ações caracterizadas pelo Governo Lerner (1994-2002), ação que expressava a desobrigação do Estado em prover os direitos aos povos do campo, fundamentados na ideia de que para o trabalho no campo não seria necessário escolarização.

Esta ideia era produzida pelo ideário neoliberal que visualiza o campo como um dos principais meios de produção do capitalismo, possibilitados pelo agronegócio. A perspectiva de educação “para” o campo é destinada aos trabalhadores do campo não como formação do sujeito do campo, mas para a formação do cidadão a serviço do capital expandido por meio do agronegócio. O ideário do MST contrapõe-se à concepção de formação humana adotada pelo Estado capitalista e afirma que os conhecimentos historicamente produzidos possibilitarão aos sujeitos sociais do campo condições para lutar por direitos humanos e tornarem-se humanamente emancipados e não meros “cidadãos modernos” como vislumbram as orientações das agências internacionais como Banco Mundial, Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO). Ademais para questionar ações estatais se faz necessário a compreensão do modo de produção capitalista e suas relações de produção e trabalho, a qual o Estado se mantém “mínimo” para as questões sociais e máximo para o capital mundializado.

A partir dessa ideia também se explicita a intencionalidade da Educação do e no Campo impulsionada via MST, em lutar por um projeto político-pedagógico próprio e diferente do que está posto na sociedade na tentativa de constituir a formação humana de seus sujeitos. Portanto, a escola que se alia aos modelos empresariais e espera que a

educação sirva aos interesses do mercado e do capital⁹ formando pessoas para empregabilidade ou para o exército da obsolescência não se encaixa ao modelo de escola defendido pelos Movimentos Sociais do Campo, em principal, pelo MST.

Constatamos que a mobilização do MST expressou o potencial de organização social por educação, principalmente com o objetivo de constituir a apreensão do sentido educativo visando à formação humana e por meio da luta social e organização coletiva a constituição do sujeito coletivo sem terra, articulando-se em prol da transformação da sociedade capitalista (CALDART, 2004).

Entre os dias 02 a 05 de novembro de 2000 ocorreu em Porto Barreiro/PR o II Encontro Estadual de 2000 e, paralelamente, a II Conferência Estadual por uma Educação do Campo. Sendo estes eventos a constituição de espaços de diálogo em âmbito estadual mais significativo realizado entre os educadores, educadoras, organizações governamentais e não governamentais Movimentos Sociais do Campo, sindicatos rurais e universidades públicas¹⁰ em favor da continuação dos projetos de Educação do e no Campo e para elaboração de novas propostas para o II Congresso Nacional.

Segundo Cecílio, Hirose e Silva (2010), os resultados expressados por esse diálogo foi a definição de parcerias para construção de escolas técnicas, cursos de pedagogia junto às universidades públicas e ao PRONERA e ASSESSOAR. Em relação ao atendimento escolar das famílias acampadas foi estabelecido o compromisso de garantir a educação básica por meio de escolas itinerantes.

Em 2004, realizou-se a II Conferência Nacional por uma Educação do Campo – CNEC, em Luziânia/GO¹¹, reunindo 1.100 participantes vinculados à educação e ao campo, os quais reconheceram as denúncias de violação de direitos para nortear as discussões em defesa dos direitos sociais dos camponeses. A II CNEC reconheceu como denúncia:

9 Referenciais de leitura: Frigotto (2002); Benevides (2002); Ciavatta (2002); Neves (2002).

10 Universidades participantes do Paraná: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Entre as organizações estavam presentes: INCRA, PRONERA e ASSESSOAR.

11 O II CNEC realizou-se do dia 02 a 06 de agosto de 2004 com a participação da CNBB - MST - UNICEF - UNESCO - UnB - CONTAG - UNEFAB - UNDIME - MPA - MAB - MMC e com o apoio de MDA/INCRA/PRONERA - MEC - FEAB - CNTE - SINASEFE - ANDES - Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados - Frente Parlamentar dos CEFFA'S - SEAP/PR - MTE - MMA - MinC - AGB - CONSED - CERIS - FETRAF.

Faltam escolas para atender a todas as crianças e jovens;
Ainda há muitos adolescentes e jovens fora da escola;
Falta infra-estrutura nas escolas e ainda há muitos docentes sem a formação necessária;
Falta uma política de valorização do magistério;
Falta apoio às iniciativas de renovação pedagógica;
Falta financiamento diferenciado para dar conta de tantas faltas;
Os mais altos índices de analfabetismo estão no campo;
Os currículos são deslocados das necessidades e das questões do campo e dos interesses dos seus sujeitos (CONFERÊNCIA NACIONAL, 2004, p.1).

Com as denúncias expostas, constatou-se a necessidade de elaboração de um documento final composto com as assinaturas dos integrantes da Plataforma Nacional, sendo esses: MST, CNBB, CPT, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), UNESCO, UnB, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), INCRA, PRONERA, ASSESSOAR, MEC, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) entre outros¹² que se comprometeram a lutar por Educação do e no Campo aos seus sujeitos sociais e incluí-los na pauta das políticas educacionais brasileiras contemplando a diversidade cultural e produtiva do campo.

Compreendemos que o documento final assinado pela Plataforma Nacional expressa as preocupações e objetivos daqueles que lutam pelo campo como espaço de desenvolvimento humano¹³ e defendem uma sociedade mais justa. Neste evento foram estabelecidas metas para implementação das Diretrizes Nacionais da Educação do Campo. Delineou-se, também, como um dos principais diálogos nacionais entre os seus defensores e o Estado, dispostos a reafirmar coletivamente a luta social por um campo visto como espaço de vida e por políticas públicas para sua população,

12 Também fazem parte da Plataforma Nacional: UNEFAB, UNDIME, MPA, MAB, MMC, EMDA, FEAB, SINASSEFE, ANDES, CEFFA'S, SEAP/PR, MINC, AGB, CONSED, FETRAF, CIMI, MEB, PJR, CERIS, MOC, RESAB, SERTA, IRPAA, CAATINGA, ARCAFAR SUL/NORTE e FORUM QUILOMBOLA.

13 Sobre desenvolvimento no campo ver BRANDÃO, E. História Social: da invasão do Brasil ao maxixe e lambari. Maringá: Massoni, 2003. Especificamente nos capítulos III e IV.

“defendendo um projeto de sociedade mais justo, democrático e igualitário” (CONFERÊNCIA NACIONAL, 2004, p. 2).

No texto da Declaração Final da II CNEC 2004, foi reconhecida a conquista das organizações de trabalhadores e trabalhadoras do campo no âmbito das políticas públicas para o campo. A aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo¹⁴ (Parecer nº36/2001 e Resolução nº01/2002 do Conselho Nacional de Educação) e o voto da relatora Prof^a. Dr^a. Edla de Araújo Lira Soares¹⁵ destinaram-se em adequar o projeto institucional das escolas do campo, nas diversas modalidades existentes (Educação Básica e Profissional de Nível Técnico). Ademais, as Diretrizes estabelecem no Artigo 9º que “as demandas provenientes dos movimentos sociais poderão subsidiar os componentes estruturantes das políticas educacionais” e nos Artigos 10 e 11 “[...] garantirá a gestão democrática, constituindo mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade” (Resolução 1/2002 do CNE/CEB). Por fim, no Artigo 11 reconhece os movimentos sociais como protagonistas da gestão democrática participando da elaboração e desenvolvimento das propostas pedagógicas das escolas do campo. Guhur (2010, p. 105) afirmou que “a efetiva implementação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica para as escolas do Campo está na dependência da luta organizada dos movimentos, em cada estado”, no qual o Paraná tem se mostrado como um estado em que os diálogos estão sendo possibilitados pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED/PR pressionados por Movimentos Sociais do Campo, em especial o MST.

Consideramos que a formulação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica para as escolas do Campo marcou a inserção no debate, enquanto estrutura oficial, sobre as políticas públicas da Educação do e no Campo impulsionados por diálogos dos Movimentos Sociais do Campo e do Estado, por meio do MEC. Reconheceu-se que a partir da inserção do debate proposto na pauta do MEC, as discussões da universalização da educação aos sujeitos do campo, assim como, a participação dos Movimentos Sociais do Campo e

14 Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução CNE/CEB 1/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 09 de abril de 2002. Seção 1, p.32.

15 Professora da Universidade Federal de Pernambuco, relatora das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

potencialização das propostas da luta popular foram reconhecidas pelo Estado e a partir disso a Educação do e no Campo teria um amparo legal para se firmar.

Embora, a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica para as Escolas do Campo serem reconhecidas, não se percebe a efetivação das implementações propostas pelo MEC. Em decorrência disso, no texto da Declaração Final, os Movimentos Sociais do Campo, propõem a continuação da luta pela implementação dessa e por Educação do e no Campo como política pública permanente atrelada ao acesso a terra, constituindo “o direito a educação [...] articulado à permanência do campo, ao trabalho, às diferentes formas de produção e reprodução social da vida, à cultura, aos valores, às identidades e às diversidades [...]” (CONFERÊNCIA NACIONAL, 2004, p. 3), dos quais é direito dos camponeses a terem acesso a democratização da terra e da educação.

De acordo com Cecílio, Hirose e Silva (2010), no ano de 2005, o MEC em consonância com a Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/1996 e Diretrizes Operacionais para a Educação Básica para as escolas do Campo (Parecer nº36/2001 e Resolução nº01/2002 do Conselho Nacional de Educação), garantiu a funcionalidade da Educação do Campo em instituições apropriadas e iniciou seu trabalho por meio da criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), pressionada por Movimentos Sociais do Campo, reconhecendo a diversidade a partir da compreensão estabelecida em 2002 no Art. 2º - Parágrafo Único das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica para as escolas do Campo, no qual institui:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, Resolução nº 2, 2002).

Nesse debate o que o Estado não evidencia, por meio do MEC, é o fato da criação da SECAD ser resultado de pressões dos Movimentos

Sociais do Campo para ter um departamento oficial dentro do MEC que trabalhe em torno da diversidade cultural dos brasileiros, entre eles os camponeses. No entanto, por mais que o Estado reconheça e trabalhe, por meio de diálogos e, por vezes, sob respostas a pressões, o Estado capitalista ou “mínimo”¹⁶ procura estabelecer para o campo a educação urbanocentrada.

A educação urbanocentrada consiste na educação não específica para e do campo, ou seja, é adotado nas escolas do campo o modelo educacional urbano, alegando-se que a educação urbana oferece “ensino de qualidade, ignorando as diferenças e as especificidades da identidade camponesa” (CECÍLIO; HIROSE; SILVA, 2010, p. 182). Exemplo disso, é a questão proposta nos documentos sobre a formação de professores em nível superior de ensino, conforme Artigo 12 das Diretrizes Operacionais e Art. 62 da LDB 9394/1996, em pesquisa do ano de 2005, constata-se que somente 9% dos professores atuantes no campo tem formação superior, ou seja, a luta repetitiva dos Movimentos Sociais do Campo são por essas questões garantidas em leis, mas que não são efetivadas na prática.

Sendo assim, as lutas sociais dos camponeses mobilizam o Estado, por meio do MEC e SECAD à abrir espaços para solucionar as reivindicações que, ora são atendidos, ora não. Mas, que se fazem presentes na agenda da sociedade, governos e nas principais pautas de mobilização popular. O diálogo entre o Estado e os Movimentos Sociais é definido como:

[...] um método capaz de orientar relações horizontais entre técnicos e camponeses e camponesas e entre estes e destes com a sociedade em geral, em bases filosóficas, política, técnica e metodológica associada à sua marcha emancipatória e de libertação (TARDIN, 2006, p. 1-2).

No Paraná, os Movimentos Sociais do Campo, em destaque o MST, reivindicaram a criação de uma Coordenação que tivesse como

16 Essas ações do Estado Mínimo são entendidas devido à posição que ele ocupa na esfera econômica internacional, no qual para receber primazias financeiras das agências internacionais de financiamento procura perpetuar políticas compensatórias e estabelece a “equidade”, ao invés de igualdade entre a sociedade. Sobre conceito de “equidade” consiste na igualdade de discursos “somos todos iguais, temos direitos as mesmas coisas”, mas nas ações governamentais são, principalmente após a década de 1990, são focalizadas aos mais necessitados, ou seja, a educação é direcionada para somente alguns.

objetivo atender às demandas educacionais do campo. De acordo com Cecílio, Hirose e Silva (2010), os diálogos da Coordenação Estadual de Educação do Campo foram iniciados em 2003, marcados pela elaboração de duas principais pautas em sua agenda de tarefas. A primeira foi a autorização da Escola Itinerante, como instituição de ensino, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação sob o Parecer nº1012/2003 em 08 de dezembro de 2003, em parceria entre a SEED/PR e o MST¹⁷. Sua implementação respeita o direito das crianças que acompanham o itinerário de suas famílias acampadas enquanto lutam por um assentamento (GUHUR; SILVA, 2009, p.140). A segunda tarefa foi a reformulação das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo do Paraná. Sendo a primeira formulação insuficiente, pois causava estranheza em relação aos conteúdos nas disciplinas dos currículos escolares da rede estadual. Entende-se que para a escola ser do campo, os currículos tem que contemplar as especificidades da mesma. A partir desse estranhamento acima destacado, a SEED/PR organizou 11 pólos descentralizados para discutir a reformulação das diretrizes. A segunda versão foi aprovada em 2006 intitulada como: Diretrizes Curriculares da Educação do Campo da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná que integrou o resultado do trabalho dos Movimentos Sociais do Campo junto a SEED/PR.

Conforme os Artigos 23, 26 e 28 da LDB nº 9.394/1996; Resolução do CNE/CEB Nº 1, de 3 de abril de 2002 (Artigo. 5º), Resolução CNE/CEB nº 2 de 28 de abril de 2008 (Artigo 3), Diretrizes Curriculares da Educação do Campo (publicada em 2006) e na Articulação Paranaense Por uma Educação do Campo afirmam que é necessário a elaboração de um projeto político-pedagógico para o campo, gestão democrática e participação nas decisões políticas educacionais, principalmente, em relação ao campo. Portanto, devem ser respeitados os direitos dos diferentes povos, em relação à cultura dos povos do campo, como ribeirinhos, litorâneos, quilombolas, índios, assalariados rurais temporários, posseiros, meeiros, arrendatários, acampados, assentados, reassentados, atingidos por barragens, agricultores familiares, vileiros rurais, povos da floresta, pescadores, faxinalenses e entre outros sujeitos sociais do campo (CECÍLIO; HIROSE; SILVA, 2010).

17 Informações disponíveis na página da internet da Coordenação da Educação do Campo do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www.diaadia.pr.gov.br/dedi/cec/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=19>. Acesso em: 12 set. 2010.

Para a formulação das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo do Paraná, foi convidada a Prof^a. Dr^a. Edla de Araújo Lira Soares a proferir uma palestra sobre o respeito à condição do outro e, em principal, aos sujeitos do campo a terem uma educação integral em seu espaço de vida, visando a formação humana emancipatória.

Compreendemos que as pautas reivindicativas são atendidas em relação a educação, mas o Estado não reconhece que a Educação do e no Campo faz parte de um projeto popular maior e que para ser desenvolvido necessita do cumprimento dos direitos sociais por meio de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária relacionando ao projeto de desenvolvimento sustentável do campo que se contrapõe ao agronegócio¹⁸, ou seja, um compromisso com uma visão do campo, de educação e de política pública. Contudo não é isso que acontece, a título de exemplificação Cecílio, Hirose e Silva (2010, p. 202) relataram que:

A identidade do campo e suas políticas sociais para a educação não podem ser circunscritas aos povos do campo e aos que vivem na sede dos municípios rurais. O desafio da compreensão da identidade camponesa é uma contradição: o massacre contra indígenas e camponeses pode constituir o motor de resistência e fortalecimento das organizações dessas e de outras populações.

Sem dúvida que a elaboração e publicação das duas Diretrizes, que se complementam, é um passo largo na construção histórica da Educação do e no Campo e marcam os processos de transformações provenientes da inserção ao debate em torno das políticas educacionais públicas para educação aos povos do campo. Mas, na prática ainda expressam falhas na demanda existente no campo, pois se as lutas por um educação para além do capital entra em conflito com a conjuntura posta pelo ideário neoliberal do Estado, influenciado por agências internacionais que direcionam os rumos das políticas educacionais do Brasil e de outros países da América Latina e Caribe para a consonância da agenda educacional globalmente estruturada pelo capital.

18 Guhur e Silva (2009, p. 140) explicam que agronegócio é “o novo nome das velhas relações sociais capitalistas”

Na leitura dos referidos documentos percebemos que existe o reconhecimento das especialidades e particularidades da identidade camponesa. No entanto, não passam do campo dos discursos governamentais que norteiam suas práticas por políticas compensatórias, ou seja, de contenção da pobreza, visando a igualdade dos marginalizados previsto em documentos da CEPAL que, a partir da década de 1990, previa para a sociedade e às gerações futuras o princípio básico de igualdade de oportunidades de acesso, de tratamento e de resultados, referindo-se a educação como meio para obter uma perspectiva de vida melhor. Evangelista, Shiroma e Moraes (2007, p. 54) discorrem sobre a equidade no:

[...] o acesso à educação – quer dizer, com iguais oportunidades de ingresso – e à distribuição das possibilidades de obter uma educação de qualidade. O acesso equitativo à educação significa acesso aos conhecimentos socialmente significativos. A novidade do debate internacional é que a equidade não é mais analisada simplesmente em termos da cobertura, mas centra-se agora na qualidade da oferta e na eficácia das estratégias aplicadas para resolver o problema dos excluídos do ensino e da capacitação (p.54).

É evidente que a proposta cepalina¹⁹, bem como da ordem mundial que nos norteia é carregada de políticas de bons sentimentos, trazem em suas entrelinhas a descentralização do Estado, resultando a transformação do Estado administrador e provedor para o Estado regulador e avaliador, no qual delega-se responsabilidades que seriam do Estado para a sociedade civil. Os Movimentos Sociais do Campo se inserem nesse contexto, pois lutam por um direito que é obrigação do Estado garantir a toda população, inclusive, aos sujeitos sociais que vivem no campo.

Desde a realização do II Encontro Estadual de 2000 e da II Conferência Estadual por uma Educação do Campo realizado em Porto Barreiro/PR, os Movimentos Sociais do Campo e

¹⁹ Não somente as orientações da CEPAL, mas de todas as agências internacionais. Essa ação é possibilitada a partir da expansão da acumulação financeira proposta pela mundialização do capital. Conceituação proposta por meio das discussões do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas e Gestão Educacional – GEPPGE/ UEM.

o Estado tem empenhado diálogos sobre a identidade dos sujeitos do campo, direitos à educação vinculados a um projeto de desenvolvimento cultural, social, ambiental, econômico, memórias, agroecologia, sustentabilidade, organização social, saberes e experiências, mística e entre outros, por meio de simpósios e seminários, visando a reafirmação coletiva da luta social por políticas públicas permanentes aos camponeses.

Para fomentar as políticas públicas para a Educação do e no Campo, se faz necessário voltarmos os olhos aos princípios de uma educação contra-hegemônica, percebendo as conquistas e limites que a construção de um projeto de educação que vai na contramão das orientações capitalistas enfrenta para dar continuidade no trabalho durante os próximos governos. Entre as metas traçadas, destacamos os 31 eixos e, em especial, os eixos 3, 4 e 5 presentes no Manifesto da Educação do Campo do Estado do Paraná – 10 anos da Carta de Porto Barreiro que expressou o diálogo entre Estado e Movimentos Sociais do Campo, em destaque o MST, desde o final da década de 1990 até atualidade. Sobre os quais, tem dialogado por meio do acúmulo de forças de organizações populares, produções teóricas e práticas sobretudo, da pesquisa, elaboração de políticas públicas no atendimento aos direitos dos sujeitos da Educação do e no Campo.

Analisando as discussões entre representantes das Instituições de Ensino Superior (IES), MST e Departamento da Diversidade (DEDI) da SEED/PR. Compreendemos que a demanda dos sujeitos em procurar escolas que correspondam as suas identidades culturais tem aumentado. Devido a luta social estabelecida entre os Movimentos Sociais do Campo que se mantém articulados pelo desenvolvimento do campo e que tem elevado os índices de escolarização na zona rural.

De acordo com dados estatísticos fornecidos pelo Departamento da Educação do Campo da SEED/PR, o Paraná possui 184 municípios com características rurais; 23,7% dos estudantes na zona urbana vivem na zona rural; 11% das matrículas nas escolas urbanas são de crianças que moram no campo, os quais utilizam transporte escolar para frequentar as aulas; existem 30 Núcleos de Educação do Campo no Paraná, sendo assim trabalham 31 técnicos nos Núcleos de Educação do Campo no Paraná; 20 escolas itinerantes.

O Paraná, ainda, possui dois instrumentos importantes para discussão das políticas públicas para a Educação do e no Campo, a saber: o Comitê Estadual de Educação do Campo e a Articulação Paranaense Por uma Educação do Campo. Em relação ao Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, constatou-se que no ano de 2000 a 2009, houve um crescimento de 33% de matrículas de jovens camponeses nas escolas do campo. Em relação a formação docente observamos que 49% dos professores atuantes no campo são sujeitos da referida organização social, o restante são professores temporários, fato identificado pelo VI Simpósio Estadual da Educação do Campo²⁰ como prejudicial ao andamento do trabalho nas escolas e cerca de 7000 professores que atuam no campo declararam que vivem na zona urbana (CEC/NRE ESCOLA, 2009).

A partir dos dados retratados nesta pesquisa, consideramos que as políticas, bem como as articulações estabelecidas devem propor o aumento de vagas para o ensino médio; contratação de professores exclusivos para o campo; contratação de vagas para professores nas escolas itinerantes e ofertar cursos de formação inicial e continuada para os professores que atuam no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações aqui apresentadas não visam concluir a discussão desta temática, pois esta continua em constante movimento, acompanhando os sujeitos sociais do campo em articulação com a construção da realidade histórica. No entanto, se compromete em ser um artigo que traz reflexões buscando evidenciar as questões sociais, econômicas, ideológicas e políticas dos quais constituem os espaços das relações sociais que podem produzir e transformar modos de vida.

Percebemos que em meio a condição de mundialização do capital, as terras e as relações no território campesino tende a responder a demanda do agronegócio, perpetuando o consenso hegemônico aos espaços que tem apresentado resistência ao

20 O referido Simpósio foi realizado entre os dias 12 a 16 de abril de 2010, no Centro de Formação Continuada Faxinal do Céu, no município de Pinhão/PR, no qual representamos a Universidade Estadual de Maringá – UEM e o Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas e Gestão Educacional – GEPPGE/CNPq.

neoliberalismo. A esses espaços resistentes constituídos por Movimentos Sociais do Campo, em especial o MST, a tomada de consciência contraposta ao ideário neoliberal tem se fundamentado por meio da Educação do e no Campo objetivando a luta social contra a realidade neoliberal que coloca a classe trabalhadora do campo em situações precárias de vida marcadas pela ausência de políticas públicas para o campo.

Diante das constatações das articulações entre os Movimentos Sociais do Campo e o Estado sobre a Educação do e no Campo, compreendemos que os espaços para articulação dos diálogos entre Estado e MST estão condicionados às temporalidades governamentais que representam limites ou possibilidades da conquista de políticas públicas permanentes, pois a Educação do e no Campo tem sido ofertada pelo Estado como uma política pública de caráter social, isto é, são políticas sociais compensatórias e/ou focalizadoras a fim de conter os excessos da pobreza rural. No entanto, independentemente das contradições, da existência ou não de espaços de diálogos entre o Estado e camponeses, a luta social continuará sendo fundamentada em fomentar políticas públicas brasileiras (Políticas de Estado) ao direito dos camponeses que estão sendo construídas desde a década de 1980.

No sentido de fomentar os diálogos entre Movimentos Sociais do Campo e o Estado sobre a Educação do e no Campo, cabe aos pesquisadores e pesquisadoras das universidades na práxis educativa contribuir para a articulação dos “motores” da história, aqueles que por meio de suas concepções, visões de mundo, escola, educação e entre outros, ou seja, “Movimentos” Sociais não deixem esmorecer o debate principal girando em torno dos direitos sociais e luta social por emancipação social, política e, sobretudo, humana, visando a formação de um sujeito coletivo do campo, reconhecedor e construtor da história pessoal daqueles que compõem os movimentos e da história do sujeito coletivo (organizado em movimento social de trabalhadores do campo) inseridos na luta de classes antagônicas. E é por meio do compromisso da Educação do e no Campo que os sujeitos sociais do campo organizados coletivamente lutam por transformação social, superando a sociedade capitalista atribuindo materialidade para a educação objetivada pela transposição dos limites do capital.

CONSTRUCTION OF EDUCATIONAL POLICIES FOR FIELD EDUCATION PROMOTED BY MST IN PARANÁ FROM THE 1990s

ABSTRACT

In this article we reflect on the role of the Field Social Movements, in particular, the Movement of Landless Rural Workers - MST, in the social struggle waged against the capitalist State, and especially against the neoliberal policies of educational achievement for field Education, with reference to the State of Paraná, from the 1990s. This article is the theme of the Master's thesis, under development, which has as its theoretical-methodological support the historical materialism, whereby we analyze the object of study in conjunction with the material and historical bases of the reference period (the 1990s). We chose to examine bibliographical and documentary sources as a partial result to the understanding that the subjects of the social field, as the MST, from the 1990s in Brazil articulated processes of struggle against the capitalist state for the institution and guarantee of rights to education of the peasants, who were marginalized in the educational process until the twentieth century. The reason for the marginalization of the poor, especially the peasants in the post-Revolution of 1930, is configured by an economic thesis that these would not be the main subjects to build the nation's development. We understand also that at this marginalization caused by capitalist development, the field education proposes the human emancipation by collaborating with the insertion of the vindicatory demands of the social struggle waged by the working class of the field that relies on the concept that education comprises the historical materiality beyond the contributions of capital.

Keywords: Field Education. Movement of Landless Workers - MST. Educational Policy.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, M. V. A construção da democracia no Brasil pós ditadura militar. In: FÁVERO, O; SEMERARO, G. (Org.). *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. 2. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2002.

BRANDÃO, E. *História social: da invasão do Brasil ao maxixe e lambari*. Maringá: Massoni, 2003.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil: 1988*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2002.

A construção de políticas... - Caroline M. Oliveira e Maria Ap. Cecílio

BRASIL. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer nº 36, de 4 dezembro de 2001. Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 mar. 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 1, de 3 abril de 2002. Institui diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Seção I.

CALDART, R. S. *Pedagogia do movimento sem terra*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CECILIO, M. A.; HIROSE, K; SILVA, I. M. S. e. Educação do campo: políticas e diretrizes. In: CARVALHO, E. J. G; FAUSTINO, R. C. (Org.). *Educação e diversidade cultural*. Maringá: EDUEM, 2010.

CIAVATTA, M. A construção da democracia pós-ditadura militar – políticas e planos educacionais no Brasil. In: FÁVERO, O; SEMERARO, G. (Org.). *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

COELHO, A. C; SEIDEL, R. H. *Imagem e nacionalidade indígena em “Meu Querido Canibal” e a “Confederação dos Tamoios”*. Disponível em: < www.uefs.br/ere/2009/anais/anaceliacoelho.doc>. Acesso em: 15 set. 2010.

CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO, CNEC, 2., 2004, Luizizânia. Disponível em: <[http://www.red-ler.org/declaration -II-conferencia-educacao-campo.pdf](http://www.red-ler.org/declaration-II-conferencia-educacao-campo.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2010.

EVANGELISTA, O; SHIROMA, E. O; MORAES, M. C. M. *Política educacional*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

FERNANDES, B. M. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999)*. 318 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo. Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira. São Paulo, 1999.

FERNANDES, B. M.; Questão agrária: conflitos e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. (Org.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2004. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Bernardo_QA.pdf>. Acesso em 19 set. 2010.

FRIGOTTO, G. Educação e a construção democrática no Brasil – da ditadura civil-militar à ditadura do capital. In: FÁVERO, O; SEMERARO, G. (Org.).

A construção de políticas... - Caroline M. Oliveira e Maria Ap. Cecílio

Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GUHUR, D. M. P. *Contribuição do diálogo de saberes à educação profissional em agroecologia no MST: desafios da educação do campo na construção do projeto popular*. 2010. 267 f. Dissertação (Mestrado em Educação), UEM, Maringá, 2010.

GUHUR, D. M. P.; SILVA, I. M. S. Educação do campo: primeiras aproximações. *Revista Roteiro*. Joaçaba, v. 34, n. 2, p. 129-144, jul./dez, 2009. Disponível em: < <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/search/authors/view?firtsName=Dominique&middleName=Michèle%20Perioto&lastName=Guhur&affiliation=&countr>>. Acesso em: 20 set. 2010.

MESZÁROS, I. Educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2007

MOLINA, M. C.; NÉRY, I; KOLLYNG, E. J. *Caderno nº 1 "Por uma educação básica do campo (memória)"*. Brasília: Setor de Educação, 1999.

NEVES, L.M.W. As massas trabalhadoras começam a participar do banquete, mas o cardápio escolhido à sua revelia, ou democracia e educação escolar nos anos iniciais do século XXI.. In: FÁVERO, O; SEMERARO, G. (Org.). *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

POULANTZAS, N. *Poder político e Classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SANTOS, C. A. *Educação do campo e políticas públicas no Brasil: a instituição de políticas públicas pelo protagonismo dos movimentos sociais do campo na luta pelo direito a educação*. 2009, 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Unb, Brasília, 2009.

SAPELLI, M. L. S.; GATTI, S.; NAPOLI, A. P. Pedagogia do campo: a serviço de quem? In: CZERNISZ, E. C. S.; PERRUDE, M. R. S.; AOYAMA, A. L. F. (Org.). *Política e gestão da educação: questões em debate*. Londrina: UEL, 2009.

SHIROMA, E. O. Redes sociais e hegemonia: apontamentos para estudos de política educacional. In: AZEVEDO, M. L. N.; LARA, A. M. B. (Org.). *Políticas para a educação: análises e apontamentos*. Maringá: EDUEM, 2011.

TARDIN, J. M. *Diálogo de saberes no encontro de culturas: sistematização nº 02*. Lapa, 2006 (mimeo).

TOUSSANT, E. *A bolsa ou a vida. A dívida externa do terceiro mundo: as finanças contra o povo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

Aprovado em março de 2015

Publicado em maio de 2015